



# Anais da Assembléia

Nº 106

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE SETEMBRO DE 1990

ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 76.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 1990  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Nelson Vasconcellos.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Rafael Greca e Raul Lopes, (33). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (21).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM Nº 165/90

Curitiba, 30 de agosto de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, ao município de Maringá, parte do imóvel pertencente ao Estado do Paraná, localizado naquele Município, adquirido por escritura lavrada em 25 de outubro de 1974, nas Notas do 3º Tabelionato, Livro 21-N, fls. 137 e transcrita sob o n. 20.028, no Livro 3 - T, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois a área cuja cessão de uso se pretende efetivar, será utilizada para construção de um posto de saúde, o que, sem qualquer dúvida, virá ensejar grandes benefícios à população daquela região.

O anteprojeto em referência contém ainda dispositivo prevendo a utilização exclusivamente para as finalidades já mencionadas, além de prever que não caberá ao cessionário, findo período da cessão de uso, nenhum ressarcimento ou indenização decorrente de edificações e/ou benfeitorias por ele efetuadas no referido imóvel.

Por derradeiro prevê o plano que a cessão terá validade pelo prazo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis por igual período, desde que cumpridas as exigências citadas acima.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com o município de Maringá, Termo de Cessão de Uso de uma área com 672,96 m<sup>2</sup>, parte de imóvel pertencente ao Estado do Paraná, havido conforme transcrição n. 20.028, no Livro 3-T, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Maringá.

Parágrafo Único - O cessionário deverá utilizar a área referida neste artigo exclusivamente para a construção de um posto de saúde, sob pena de automático cancelamento da cessão.

Art. 2º - A cessão de uso de que trata esta lei vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da data em que for firmado o

respectivo termo, podendo, mediante consenso entre as partes, ser prorrogado por igual período, desde que cumprida a finalidade prevista no parágrafo único, do artigo, anterior.

Art. 3º - Ao cessionário não caberá, finda a cessão de uso, nenhum ressarcimento ou indenização decorrente de benfeitorias e/ou edificações por ele efetuadas na área cedida.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 166/90

Curitiba, 30 de agosto de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembleia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar a Miguel Batista, Osvaldo Batista e Nelson de Jesus Batista, o imóvel constituído do lote 43, da Gleba 02, da Colônia Boa Ventura, município de Pitanga, neste Estado, com área de 362.6178 hectares.

Cumprе esclarecer que a regularização do imóvel Boa Ventura vem sendo realizada nos termos da Lei n. 7.055, de 04 de dezembro de 1978, em nome dos ocupantes segundo o Plano de Colonização organizada em decorrência da Discriminatória Judicial que determinou o cancelamento das matrículas que tinham origem no documento contestado pelo Estado do Paraná.

Não se trata de nova alienação e sim de regularização de áreas consideradas devolutas pela Justiça e cujo processo vem se desenvolvendo gradativamente, porém neste caso torna-se necessária a participação do Poder Legislativo, atendendo ao que dispõe o art. 54, inciso XXXI da Constituição Estadual, já citado.

Cumprе ainda destacar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos componentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado sob n. 831.643-0, de 13.07.1990.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 167/90

Curitiba, 30 de agosto de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembleia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar a Júlio de Siqueira, o imóvel constituído do lote 152, da Gleba 15, da Colônia Boa Ventura, município de Pitanga, neste Estado, com área de 239,9174 hectares.

Cumprе esclarecer que a regularização do imóvel Boa Ventura vem sendo realizada nos termos da Lei n. 7.055, de 04 de dezembro de 1978, em nome dos ocupantes segundo o Plano de Colonização organizado em decorrência da Discriminatória Judicial que determinou o cancelamento das matrículas que tinham origem no documento contestado pelo Estado do Paraná.

Não se trata de nova alienação e sim de regularização de áreas consideradas devolutas pela Justiça e cujo processo vem se desenvolvendo gradativamente, porém neste caso torna-se necessária a participação do Poder Legislativo, atendendo ao que dispõe o art. 54, inciso XXXI da Constituição Estadual, já citado.

Cumprе ainda destacar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado sob n. 831.194-3, de 11-06.1990.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Paraná

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o n° 808/90, do Senhor JOAO CÂNDIDO FERREIRA DA CUNHA PEREIRA - Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando, anteprojeto de lei, que visa adequar os níveis de vencimentos dos cargos em comissão, daquele Tribunal. Ao Conhecimento da Casa.

Sob os n°s DTL/SAT/234, 235, 236 e 237/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os projetos de lei números:

009/90: de autoria do Deputado GERSONE KIRINUS, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senador RONAN TITO e presta homenagens ao Cidadão Benemérito do Paraná, Doutor FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.356. Anote-se - Arquive-se.

365/89: de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor

JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.358. Anote-se - Arquive-se.

154/90: de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Ilustríssimo Senhor EDSON D'AVILA, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado, o qual convertido em Lei tomou o n° 9359. Anote-se - Arquive-se.

155/90: de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o Título de Cidadão Honorária do Estado do Paraná à Excelentíssima Senhora DELCY FRANCO D'AVILA, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.360. Anote-se - Arquive-se.

Da Senhora AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, datado de 05 do mês em curso, comunicando que a partir desta data, está renunciando ao seu mandato de Deputada Estadual. Ao Conhecimento da Casa.

#### Indicações:

##### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A liderança do PRN, atendendo Ato Constitutivo da CPI para apurar possíveis irregularidades na Secretaria de Estado da Saúde, indica como membro titular o Deputado Luciano Pizzatto, e como suplente o Deputado Ferrari Júnior.

Sala das Sessões, em 10.09.90

(a) LUCIANO PIZZATTO

##### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do PDT, indico o Senhor Deputado Algaci Túlio como titular e o Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo como suplente, para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito que estudará possíveis irregularidades na Secretaria de Estado da Saúde.

Sala das Sessões, em 10.09.90

(a) VALDERI MENDES VILELA.

##### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A liderança do PSDB, atendendo Ato Constitutivo da C.P.I. para apurar possíveis irregularidades na Secretaria de Estado da Saúde, indica como membro titular o Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, e como suplente o Deputado Nelson Vasconcellos.

Sala das Sessões, em 10.09.90

(a) NELSON VASCONCELLOS.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 2134

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE

URGÊNCIA e COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO para o Projeto de Lei Complementar n° 11/90, de sua autoria, que altera a composição da Região Metropolitana de Curitiba, incluindo os municípios de Adrianópolis, Cerro Azul e Morretes, conforme reivindicação daqueles municípios.

Sala das Sessões, em 10.09.90

(a) ALGACI TÚLIO

##### REQUERIMENTO N° 2132

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA e COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO para discussão e votação do Projeto de Lei n° 450/90, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a doar à ASSOCIAÇÃO NACIONAL ANTI-DROGAS área conforme específica.

Sala das Sessões, em 10.09.90

(a) ALGACI TÚLIO

##### JUSTIFICATIVA:

A doação da área em questão para que a referida entidade instale e desenvolva atividades para recuperação de drogados é de grande urgência.

Há muito o Paraná carece de uma instituição e dos serviços que a ASSOCIAÇÃO NACIONAL ANTI-DROGAS já vem prestando e pretende ampliar, para isso, é fundamental que discutamos tal matéria com celeridade e muita consciência.

##### REQUERIMENTO N° 2131

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA e COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO para discussão e votação do Projeto de Lei n° 458/90, de sua autoria, que estabelece incentivo fiscal a empresas paranaenses que estimularem a intensificação da produção artístico-cultural.

Sala das Sessões, em 10.09.90

(a) ALGACI TÚLIO

##### JUSTIFICATIVA:

Como desde logo vê-se, o projeto é de grande importância e, sobretudo, vem à tona em boa hora. Com a extinção da "Lei Sarney" a cultura pede socorro. A Assembleia Legislativa do Paraná, neste momento, não pode deixar de discutir com a brevidade que o assunto requer, o projeto de lei em questão, oriundo de ampla discussão com os sindicatos ligados à cultura do Paraná.

##### REQUERIMENTO N° 2178

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário preferência de discussão e votação para o Projeto de

Sala das Sessões, em 10.09.90

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 2170

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação, para os Projetos de Lei n° 438, 440 e 441/90, e, para o Projeto de Resolução n° 96/90, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por (10) dez sessões, do Projeto de Lei n° 201/86, em pauta na Ordem do Dia de hoje, em 2ª Discussão.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

REQUERIMENTO N° 2127

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 439/90, oriundo da Mensagem n° 154/90, que dispõe sobre a gratificação Policial Militar Especial, constante da Ordem do Dia de hoje, pelo prazo de 02 (duas) sessões.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2146

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído para apreciação na próxima Ordem do Dia, o Projeto de Lei n° 304/90, de autoria deste Parlamentar, que visa declarar de Utilidade Pública, a Associação Paranaense dos Ostromizados, desta Capital.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2171

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transformada a Assembléia em Comissão Geral a fim de emitir parecer sobre as Proposições n°s 82/90 e 132/90.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2147

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja esta Assembléia Legislativa transformada em Comissão Geral, a fim de apreciar, com a máxima urgência, o Projeto de Lei n° 304/90, de autoria deste Parlamentar, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação Paranaense dos Ostromizados, com sede nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2190

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 474/90, que altera a redação do art. 1°, da Lei n° 9.353/90, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, transformação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em Comissão Geral para apreciação do Projeto de Lei n° 389/90, e do Projeto de Resolução n° 84/90, que, respectivamente, cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de Pitangueiras, desmembrado de Rolândia, e autoriza a realização de plebiscito naquela localidade para que a sua população se manifeste sobre a criação do Município.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) HOMERO OGUIDO.

REQUERIMENTO N° 2184

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo passamento da Senhora ANA MARIA MUNHOZ DA ROCHA PACHECO, ocorrido dia 30 de agosto de 1990, esposa do Senhor Constantino de Melo Pacheco, mãe exemplar e pessoa de família tradicional do Paraná, deixou grande lacuna na cidade de Clevelândia.

Sendo assim, é justo que a Assembléia Legislativa do Paraná, associe-se à dor da família enlutada, transmitindo-lhes as

condolências deste Poder Legislativo, através da pessoa do Senhor Constantino de Melo Pacheco, endereço: Rua Capitão Pedro Bello, 1738- CEP. 85.560 - Clevelândia-Pr.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

#### REQUERIMENTO N° 2139

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Doutor CARLOS EDUARDO GURGEL DO AMARAL VALENTE, ocorrido dia 31/08/90.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 65 anos faleceu, nesta Capital, no último dia 31 de agosto, o Sr. CARLOS EDUARDO GURGEL DO AMARAL VALENTE, ex-diretor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Deixou quatro filhos.

O passamento do Dr. Carlos Eduardo veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos entre os quais, este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo CARLOS EDUARDO.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, tem o dever de associar-se à dor que abalou a família GURGEL DO AMARAL VALENTE endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 2175

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inscrito nos Anais desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. CARLOS EDUARDO GURGEL DO AMARAL VALENTE, ocorrido nesta Capital no dia 31 de agosto último.

Carlos Eduardo Gurgel Valente, era casado com a Senhora Nilza Lima Valente, deixa quatro filhos: Iva Valente Gandara, Heitor Gurgel do Amaral Valente Neto, Luiz Valente e Ricardo Valente. Em sua carreira profissional, chegou ao nível máximo, como Diretor Geral da Assembléia Legislativa.

Pelos seus merecimentos durante a sua existência e pela sua inata bondade cristã, o cidadão desaparecido fez-se credor da estima geral de quantos privaram de sua amizade; o que justifica a plenitude este registro póstumo da Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO N° 2138

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ANA MARIA PACHECO, ocorrido dia 31.08.90, em Clevelândia.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Em data de 31.08.90. faleceu, na cidade de Clevelândia, a Senhora ANA MARIA PACHECO, com a idade de 55 anos.

A extinta deixou viúvo o Senhor Constantino de Mello Pacheco e 2 filhos.

Dona Ana Maria pertencia a tradicional família paranaense.

O destino privou seus familiares do seu convívio, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de sua serva ANA MARIA.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, tem o dever de associar-se à dor que abalou a família Pacheco endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 2174

Senhor Presidente.

O Deputado ANIBAL KHURY, infra-firmado, REQUER que, após consulta ao Plenário, seja consignado na Ata da sessão de hoje, VOTO DE CONGRATULAÇÕES da Assembléia Legislativa do Paraná com os diretores, empregados, acionistas, fornecedores e clientes da Madeireira Miguel Forte S.A. por ter sido considerada a melhor empresa de seu setor, no exercício de 1989.

REQUER, igualmente, que as congratulações sejam extensivas ao comércio, à indústria, às entidades de classe, à administração municipal, aos estabelecimentos bancários e à população do município de

União da Vitória - PR., onde a Madeireira Miguel Forte S.A. tem sua matriz.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

A Madeireira Miguel Forte S.A. é um importante segmento do patrimônio econômico-industrial do Paraná, merecendo destaque pela sua significativa participação no desenvolvimento e no progresso do Estado.

A história dessa empresa constitui uma importante parcela das lutas e dos grandes esforços da população da região Sudeste paranaense, principalmente do povo de União da Vitória - dotado da força inquebrantável que caracteriza os pioneiros desse território estadual -, onde, esse grande batalhador que foi Miguel Forte deixou um exemplo extraordinário de trabalho construtivo.

Basta mencionar que, do ofício da carpintaria à arte da marcenaria, que ele soube realizar com talento a inteligência, incursionou nas atividades extrativas, especialmente da madeira, chegando a ser cognominado de "Rei da Imbuia", tão grandes eram suas atividades de exploração industrial nesse setor, sempre desenvolvendo suas habilidades profissionais e grangeando, cada vez mais, o respeito e a admiração de seus concidadãos.

Homem empreendedor, nos idos de 1921, Miguel Forte ampliou seu campo de atuação, organizando a firma individual Miguel Forte - origem das empresas que durante 69 anos ininterruptos vêm ajudando o progresso paranaense.

Os atuais dirigentes desse conjunto empresarial - os industriais Domingos Forte, Vicente Forte e José Forte -, souberam prosseguir, com firmeza e determinação, na concretização dos ideais do pioneiro Miguel Forte, dando-lhes maior amplitude comercial e industrial. Por isso, eles têm sido personalidades de destaque e motivo de interesse na vida empresarial paranaense, com realce pelo sentido inovador com que observam as necessidades sociais do homem e as carências comunitárias.

Muitas de suas inovações foram realizadas na área do gerenciamento de equipes de trabalho, com o aprofundamento de métodos e mudanças estruturais nas atividades industriais, possibilitando a criação de uma nova dinâmica empresarial que se projetou sobre o empresariado paranaense, alcançando destaque entre os empreendedores nacionais.

Foi a extraordinária capacidade de ação desses empresários que, aliada aos esforços e dedicação dos trabalhadores de União da Vitória, cidade que sedia a matriz da Madeireira Miguel Forte S.A., impulsionou a força motivadora da criação de um complexo industrial de madeiras e pa-

péis, de grande abrangência no País, e que conserva o epíteto nominal "Ao Rei da Imbuia" - autêntico reinado de organização, utilização e renovação de recursos naturais e distribuição de benefícios econômicos e sociais, não só no Estado do Paraná, mas também em diversas partes do território nacional.

Em decorrência disso e em reconhecimento aos esforços que realiza e ao trabalho que empreende, a Madeireira Miguel Forte S.A. foi considerada a melhor empresa de seu setor, referente ao exercício de 1989, pela "Revista Exame" - publicação especializada em classificar as melhores e maiores empresas brasileiras.

Por ser assim, a Madeireira Miguel Forte S.A., através de seus diretores Domingos Forte, Vicente Forte e José Forte, tornou-se merecedora das congratulações do povo paranaense e dos seus Deputados Estaduais. Daí por que, sinto-me no dever de propor este voto de congratulações.

#### REQUERIMENTO N° 2173

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos pela passagem do 60° aniversário do município de REBOUÇAS.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, JERÔNIMO CABRAL PERUSSOLO, ao Vice-Prefeito, Senhor JOÃO HENRIQUE PULMER bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo recebam e cumprimentem a população de Rebouças, onde floresce o progresso.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 21 de setembro, marcará a passagem do 60° aniversário do município de REBOUÇAS.

É com grande júbilo que a população de Rebouças comemora o 60° aniversário do seu Município. A certeza de dias melhores, aliada a tudo o que o povo conquistou com muito trabalho e dedicação, a esperança de dias melhores converte-se efetivamente numa certeza.

Rebouças é um respeitável acervo de tradições que não se esgota nunca. Essa herança cultural tem sido preservada e multiplicada pelas novas gerações.

A passagem dos seus 60 anos representa muito mais que uma comemoração. É um evento que marca além de seu registro histórico, uma Rebouças renovada pela fibra de seu povo ao longo da história.

Queremos com este, prestar nossa sincera homenagem à laboriosa população de

Rebouças, que vencendo todos os obstáculos continua dando sua parcela de contribuição para o desenvolvimento marcante daquele município, que temos observado ao longo de sua história.

## REQUERIMENTO N° 2172

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de SÃO MATEUS DO SUL pela passagem de seus 82 anos de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Dr. ENÉAS HENRIQUE DOS SANTOS DISTÉFANO, ao Vice-Prefeito Senhor FRANCISCO LUIZ ULBRICH, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná recebam e cumprimentem toda a população de São Mateus do Sul, onde floresce o progresso.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

SÃO MATEUS DO SUL, (ex-Colônia Maria Augusta), surgiu como pouso e setor de apoio das bandeiras militares exploratórias do Paraná, durante o governo de Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, governador da Capitania de São Paulo. Em 1890 foi fundada a Colônia de São Mateus que a 21 de setembro de 1908 foi elevada a categoria de município com o mesmo nome. Dentre os seus principais desbravadores destacam-se: Manoel da Luz, Ulisses Faria, Luiz Gomes da Silva, Joaquim Cavalheiro, Joaquim Firmino, José Pacheco, Antônio Torres, Gaspar José Carrilho, Jeca de Souza, Firmino Ilhéus, Francisco Lima, José Ferreira Guimarães, José Miguel, Bento Nepomuceno, Salvador Bueno, João Soares da Silva, Isaac Vieira de Alvarenga Prohmann e outros. Destacou-se também entre esses pioneiros o engenheiro Rudolpho Wolff, e outros.

A imigração polonesa, nessa região foi considerável.

O transporte fluvial era feito através de balsas, cujo proprietário era o Coronel David de Paula e Silva, as quais eram usadas para transportar erva mate, mantimentos e colonos. Em 25 de abril de 1915, foi fundada em São Mateus a empresa de navegação LLOYD PARANAENSE, para a manutenção dos serviços de transportes fluviais.

Em 1932, Roberto Angewitz começou a investir na exploração do xisto. Depois a Petrobrás investiu mais de 500 milhões de dólares na exploração do xisto. A cidade cresceu, e graças às suas riquezas naturais, a determinação de seu povo trabalhador e ansioso pelo desenvolvimento cada

vez mais rápido do município.

Portanto, é com grande júbilo que toda a população são-mateuense comemora o 82° aniversário de seu progressista município com a administração segura e séria do Prefeito ENÉAS.

Com todo o respeito que o povo de São Mateus do Sul é merecedor a Assembléia Legislativa do Paraná, através deste parlamentar, renova sua homenagem de gratidão e reconhecimento na certeza de que continuará dando o melhor de seu esforço pelo desenvolvimento cada vez mais crescente do seu município.

## REQUERIMENTO N° 2159

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando as suas valiosas determinações, no sentido de autorizar a imediata implantação das séries de quinta à oitava, na Escola Estadual Professor José Gomes do Amaral, de Ponta Grossa.

A medida ora proposta é da maior significância, não apenas por atender aos constantes reclamos da comunidade estudantil, mas, sobretudo, por ensejar a que uma parcela cada vez maior da população tenha acesso ao ensino e à educação, possibilitando ao aluno que reside no interior, igualdade de condições de desenvolver o seu potencial de estudos, a fim de alcançar os seus mais elevados objetivos.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

## REQUERIMENTO N° 2160

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando as suas valiosas determinações, no sentido de autorizar a imediata implantação das séries de quinta à oitava, na Escola Estadual Jardim Samambaia, de Jaguariaíva.

A medida ora proposta é da maior significância, não apenas por atender aos constantes reclamos da comunidade estudantil, mas, sobretudo, por ensejar a que uma parcela cada vez maior da população tenha acesso ao ensino e à educação, possibilitando ao aluno que reside no interior, igualdade de condições de desenvolver o seu potencial de estudos, a fim de alcançar os seus mais elevados objetivos.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR



## REQUERIMENTO N° 2161

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando as suas valiosas determinações, no sentido de autorizar a imediata implantação das séries de quinta à oitava, na Escola Municipal Zahira Catta Preta Mello, de Ponta Grossa.

A medida ora proposta é da maior significância, não apenas por atender aos constantes reclamos da comunidade estudantil, mas, sobretudo, por ensinar a que uma parcela cada vez maior da população tenha acesso ao ensino e à educação, possibilitando ao aluno que reside no interior, igualdade de condições de desenvolver o seu potencial de estudos, a fim de alcançar os seus mais elevados objetivos.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

## REQUERIMENTO N° 2158

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando as suas valiosas determinações, no sentido de autorizar a imediata implantação das séries de quinta à oitava, na Escola Municipal de Ivon Zardo, de Ponta Grossa.

A medida ora proposta é da maior significância, não apenas por atender aos constantes reclamos da comunidade estudantil, mas, sobretudo, por ensinar a que uma parcela cada vez maior da população tenha acesso ao ensino e à educação, possibilitando ao aluno que reside no interior, igualdade de condições de desenvolver o seu potencial de estudos, a fim de alcançar os seus mais elevados objetivos.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

## REQUERIMENTO N° 2157

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando as suas valiosas determinações, no sentido de autorizar a imediata implantação das séries de quinta à oitava, na Escola Estadual Eugênio Malanski, de Ponta Grossa.

A medida ora proposta é da maior significância, não apenas por atender aos constantes reclamos da comunidade estudan-

til, mas, sobretudo, por ensinar a que uma parcela cada vez maior da população tenha acesso ao ensino e à educação, possibilitando ao aluno que reside no interior, igualdade de condições de desenvolver o seu potencial de estudos, a fim de alcançar os seus mais elevados objetivos.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

## REQUERIMENTO N° 2154

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando as suas valiosas determinações, no sentido de autorizar a imediata implantação do Curso de 2° Grau, Técnico em Contabilidade, na Escola Estadual Pinheiral de Baixo, de Palmeira.

A medida ora proposta é da maior significância, não apenas por atender aos constantes reclamos da comunidade estudantil, mas, sobretudo, por ensinar a que uma parcela cada vez maior da população tenha acesso ao ensino e à educação, possibilitando ao aluno que reside no interior, igualdade de condições de desenvolver o seu potencial de estudos, a fim de alcançar os seus mais elevados objetivos.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

## REQUERIMENTO N° 2155

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando as suas valiosas determinações, no sentido de autorizar a imediata implantação do Curso de 2° Grau, Educação Geral, na Escola Estadual Dr. Claudino dos Santos, de Ipiranga.

A medida ora proposta é da maior significância, não apenas por atender aos constantes reclamos da comunidade estudantil, mas, sobretudo, por ensinar a que uma parcela cada vez maior da população tenha acesso ao ensino e à educação, possibilitando ao aluno que reside no interior, igualdade de condições de desenvolver o seu potencial de estudos, a fim de alcançar os seus mais elevados objetivos.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

## REQUERIMENTO N° 2156

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,



no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando as suas valiosas determinações, no sentido de autorizar a imediata implantação das séries de quinta à oitava, na Escola Municipal Professora Dercia do Carmo Noviski, de Ponta Grossa.

A medida ora proposta é da maior significância, não apenas por atender aos constantes reclamos da comunidade estudantil, mas, sobretudo, por ensinar a que uma parcela cada vez maior da população tenha acesso ao ensino e à educação, possibilitando ao aluno que reside no interior, igualdade de condições de desenvolver o seu potencial de estudos, a fim de alcançar os seus mais elevados objetivos.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 2153

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando as suas valiosas determinações, no sentido de autorizar a imediata implantação do Curso de 2° Grau, Técnico em Contabilidade, na Escola Estadual Major Vespaziano de Melo, de Castro.

A medida ora proposta é da maior significância, não apenas por atender aos constantes reclamos da comunidade estudantil, mas, sobretudo, por ensinar a que uma parcela cada vez maior da população tenha acesso ao ensino e à educação, possibilitando ao aluno que reside no interior, igualdade de condições de desenvolver o seu potencial de estudos, a fim de alcançar os seus mais elevados objetivos.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 2152

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando as suas valiosas determinações, no sentido de autorizar a imediata implantação do Curso de 2° Grau, Educação Geral, na Escola Estadual José Elias da Rocha, de Ponta Grossa.

A medida ora proposta é da maior significância, não apenas por atender aos constantes reclamos da comunidade estudantil, mas, sobretudo, por ensinar a que uma

parcela cada vez maior da população tenha acesso ao ensino e à educação, possibilitando ao aluno que reside no interior, igualdade de condições de desenvolver o seu potencial de estudos, a fim de alcançar os seus mais elevados objetivos.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 2151

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando as suas valiosas determinações, no sentido de autorizar a imediata implantação do Curso de 2° Grau, Técnico em Contabilidade, na Escola Municipal de Queimadas, do Município de Palmeira.

A medida ora proposta é da maior significância, não apenas por atender aos constantes reclamos da comunidade estudantil, mas, sobretudo, por ensinar a que uma parcela cada vez maior da população tenha acesso ao ensino e à educação, possibilitando ao aluno que reside no interior, igualdade de condições de desenvolver o seu potencial de estudos, a fim de alcançar os seus mais elevados objetivos.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 2166

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando as suas valiosas determinações, no sentido de autorizar a imediata implantação do Curso de 2° Grau, Educação Geral, na Escola Estadual Professor Amálio Pinheiro, de Ponta Grossa.

A medida ora proposta tem sido objeto de outras reivindicações por parte do Parlamentar e tem como objetivo atender não apenas aos constantes reclamos da comunidade estudantil, mas, sobretudo, por ensinar a que uma parcela cada vez maior da população tenha acesso ao ensino e à educação, possibilitando ao aluno que reside no interior, igualdade de condições de desenvolver o seu potencial de estudos, a fim de alcançar os seus mais elevados objetivos.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 2165

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício a Excelentíssima Sra. Gil-da Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando as suas valiosas determinações, no sentido de autorizar a imediata implantação do Curso de 2º Grau, Educação Geral, na Escola Estadual Professor Colares, de Ponta Grossa.

A medida ora proposta tem sido objeto de outras reivindicações por parte do Parlamento e tem como objetivo atender não apenas aos constantes reclamos da comunidade estudantil, mas, sobretudo, por ensinar a que uma parcela cada vez maior da população tenha acesso ao ensino e à educação, possibilitando ao aluno que reside no interior, igualdade de condições de desenvolver o seu potencial de estudos, a fim de alcançar os seus mais elevados objetivos.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 2150

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício a Excelentíssima Sra. Gil-da Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando as suas valiosas determinações, no sentido de autorizar a imediata implantação do Curso de 2º Grau, Educação Geral, na Escola Estadual Professor Becker e Silva, de Ponta Grossa.

A medida ora proposta é da maior significância, não apenas por atender aos constantes reclamos da comunidade estudantil, mas, sobretudo, por ensinar a que uma parcela cada vez maior da população tenha acesso ao ensino e à educação, possibilitando ao aluno que reside no interior, igualdade de condições de desenvolver o seu potencial de estudos, a fim de alcançar os seus mais elevados objetivos.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 2149

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício a Excelentíssima Sra. Gil-da Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando as suas valiosas determinações, no sentido de autorizar a imediata implantação do Curso de 2º Grau, Educação Geral, na Escola Estadual Professor Leandro M. da Costa, do Município de Pirai do Sul.

A medida ora proposta é da maior sig-

nificância, não apenas por atender aos constantes reclamos da comunidade estudantil, mas, sobretudo, por ensinar a que uma parcela cada vez maior da população tenha acesso ao ensino e à educação, possibilitando ao aluno que reside no interior, igualdade de condições de desenvolver o seu potencial de estudos, a fim de alcançar os seus mais elevados objetivos.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 2148

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício a Excelentíssima Sra. Gil-da Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando as suas valiosas determinações, no sentido de autorizar a imediata implantação do Curso de 2º Grau, Educação Geral, na Escola Estadual Professor Epaminondas Novaes Ribas, de Ponta Grossa.

A medida ora proposta é da maior significância, não apenas por atender aos constantes reclamos da comunidade estudantil, mas, sobretudo, por ensinar a que uma parcela cada vez maior da população tenha acesso ao ensino e à educação, possibilitando ao aluno que reside no interior, igualdade de condições de desenvolver o seu potencial de estudos, a fim de alcançar os seus mais elevados objetivos.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 2181

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Francisco Deliberador Neto, solicitando o recapeamento e manutenção da PR-323, no trecho entre a divisa dos municípios de Jussara e Cianorte até o Município de Guaíra.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DIRCEU MANFRINATO

#### JUSTIFICATIVA:

A PR-323, no trecho citado, encontra-se em péssimo estado de conservação, o que vem provocando diversos acidentes e transtornos aos usuários da referida estrada.

#### REQUERIMENTO N° 2180

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Francisco Deliberador Neto,

solicitando o recapeamento e manutenção da PR-323, no trecho entre a divisa dos municípios de Tapejara e Tuneiras do Oeste.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DIRCEU MANFRINATO

#### JUSTIFICATIVA:

A PR-323, no trecho citado, encontra-se em péssimo estado de conservação, o que vem provocando diversos acidentes e transtornos aos usuários da referida estrada.

#### REQUERIMENTO N° 2162

Senhor Presidente.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa tem no seu curso de Agronomia, com o bellissimo campus de Uvaranas, uma das áreas mais úteis ao progresso da Nação brasileira, na vizinhança das grandes cooperativas de Carambeí e Castrolanda, numa das áreas de experimentos agrícolas mais destacadas do País. O estímulo à formação de agrônomos em Ponta Grossa é patriótico.

Faça-se com a nossa massa pensante universitária o mesmo estímulo que se tem feito com as comunidades acadêmicas de Minas Gerais ou do Rio Grande do Sul, e ter-se-á aqui notável retorno.

Sabemos que uma faculdade particular de Bagé vem de receber a doação de recursos federais em torno de Cr\$ 40 milhões, o que pode ser conveniente para algum objetivo regional imediato, mas escandaliza a Nação, - que sonha com "verbas públicas para a escola pública".

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO N° 2164

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado Estadual que este subscreve pede à egrégia Assembléia que se manifeste - enquanto fórum da vontade do povo paranaense - escrevendo ao Senhor Ministro de Estado da Educação, Excelentíssimo Senhor Doutor Carlos Chiarelli pedindo recursos para as Universidades do Paraná, a saber:

1. Para a recuperação do prédio central da Universidade Federal do Paraná, incendiado no último domingo, dia 2 de setembro de 1990, com gravíssimos prejuízos para diversos cursos, e comoção da comunidade curitibana e paranaense - em se tratando do prédio símbolo da primeira Universidade brasileira, consolidada em 19 de dezembro de 1912.

2. Para que se evite o estrangulamento do curso de Agronomia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, aonde estão diminuindo as vagas para formação de agrônomos, na exata proporção da obsolescência dos equipamentos, sobretudo os de laboratório. Há uma carência de lupas, microscópios, lâminas e laminulas, conforme nos informa o centro acadêmico.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

O Paraná banca com os recursos do seu Tesouro Estadual o ensino superior do Estado - majoritariamente -, exceção feita à única UFPR. A venerável UFPR merece socorro na presente aflição, e solidariedade da Assembléia que a criou em 1912.

#### REQUERIMENTO N° 2177

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, solicitando as providências necessárias à instalação de rede de energia elétrica na rua Santo Antônio, na bairro da Cachoeira, em Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Muito embora sejam poucas as residências naquela localidade que ainda não têm energia elétrica, é preciso destacar os enormes transtornos gerados a essas famílias pela falta de tal recurso.

Num Estado que goza dos competentes serviços de uma companhia gerenciadora da política energética, como a COPEL, é difícil de acreditar que numa localidade tão próxima da sede da companhia, na Região Metropolitana de Curitiba, ainda não haja a implantação de rede de energia elétrica.

Diante disto e no intuito de prestar mais um serviço à população do Paraná, confiamos nas providências a serem adotadas pela COPEL, ressaltando a condição de real carência das famílias autoras da solicitação.

Que do presente seja dada ciência ao Prefeito e Vereadores de Almirante Tamandaré.

#### REQUERIMENTO N° 2176

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, gestionando a instalação de uma extensão na rede de energia elétrica da rua Nicolau Serrato Sobrinho, 1146, Vila Cubas, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Inúmeras vezes os interessados têm procurado a COPEL, através de seus postos, para solicitar a extensão da rede, entretanto, sem lograr êxito.

É dispensável, inclusive, falar da importância daquele serviço para os subscritores do pedido, quando todos bem sabemos dos grandes benefícios advindos da energia elétrica.

Por outro lado, é preciso ressaltar que trata-se de famílias carentes, sem recursos financeiros e/ou bens materiais e, portanto, impossibilitada de arcar com o ônus advindo de tal instalação.

Isto posto, confiamos nas providências a serem determinadas pela COPEL e na instalação, com brevidade, da extensão solicitada.

#### REQUERIMENTO N° 2185

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor Francisco Luiz Sibut Gomide, Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, solicitando informações sobre itens levantados no presente:

Face às notícias veiculadas pela imprensa nos dias 12 e 13 de agosto próximo passado, segundo as quais o Governo do Estado estaria autorizando a COPEL a licitar o projeto da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, a ser construída no rio Iguaçu, uma das grandes usinas deste rio com potência da ordem de 1.500 MW, são pertinentes as seguintes questões:

##### I - DE CARÁTER GERAL:

1 - Conforme a notícia nos jornais, Salto Caxias deverá entrar em operação em 1998. Conseqüentemente sob o aspecto técnico os trabalhos de engenharia de projeto só deveriam ser iniciados em 1992;

2 - Como foi mencionado que esta decisão é essencialmente política, entende-se que pelo planejamento técnico da COPEL este início poderá ser rediscutido, considerando ocasião mais adequada sob os aspectos de disponibilidade de recursos e previsão de mercado;

3 - Quais os motivos de caráter político para lançamento desta licitação conforme mencionado nos jornais?

##### II - DA OPORTUNIDADE:

1 - O novo plano econômico do governo e a conseqüente reacomodação do mercado, principalmente da produção industrial, reduziu a taxa de crescimento do consumo de energia no país, fato que deyerá defasar as datas de entrada em operação das usinas hidrelétricas da região sudeste;

2 - Para que possa ser estabelecida a data mais oportuna, é importante que se conheça que outros motivos levam a COPEL a sugerir esta antecipação, para compatibilizar com o auxílio da opinião pública e de todas as forças políticas, os interesses da sociedade como um todo e os objeti-

vos da Empresa Concessionária em particular;

3 - O Estado do Paraná vem fazendo um grande esforço técnico, financeiro e político para viabilizar a construção, de uma outra usina da COPEL, a Hidrelétrica de Segredo, tendo a administração pública, a sociedade em geral e a classe política prestado todo o apoio necessário à COPEL em suas iniciativas para a realização desta obra.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO N° 2133

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público comunitário na Rua Luis Carlos Mugiatto, 123, condomínio Ipê, conjunto Eucaliptus, no Alto Boqueirão.

Sala das Sessões, em 10.09.90

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Como pode ser verificado pelo abaixo-assinado anexo, tal reivindicação vai de encontro ao anseio de muitos moradores daquela localidade, pessoas carentes em sua grande maioria.

É preciso destacar a necessidade e importância de instalação do telefone em questão, principalmente, quando da necessidade de evocar serviços de emergência, como ambulância, rádio patrulha ou corpo de bombeiros, quando bem sabemos, o tempo é um fator determinante.

Com estas razões e com olhos no belo trabalho que a TELEPAR desenvolve, levando seus serviços aos pontos mais recônditos do nosso Paraná, confiamos nas providências a serem adotadas para atendimento à solicitação dos moradores do Condomínio Ipê, nesta Capital.

#### REQUERIMENTO N° 2169

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando o envio urgente de uma viatura para a Delegacia de Polícia do município de Bandeirantes, tendo em vista que a mesma se encontra atualmente sem viatura policial, pois um carro que mantinha foi recolhido em 24.01.90, e outro fornecido, encontra-se com o motor fundido desde

05.08.90, inviabilizando dessa forma o atendimento necessário a população.

Do presente, Requer, se dê conhecimento ao Dr. Valter Martins Leme, Delegado de Polícia do município apontado.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO N° 2128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja feito apelo junto ao Senhor Presidente da SANEPAR em favor dos interesses da comunidade moradora da Vila São Pedro, situada no Município de Pirai do Sul, a fim de que envide esforços visando a alocação de recursos suficientes para a implantação de rede coletora e estação de tratamento de esgotos na Vila São Pedro, situada no Município de Pirai do Sul, objeto do protocolo n° 768.653-6, bem como do levantamento preliminar efetuado pela SANEPAR, constante do ofício n° 0676/90 daquela Companhia.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A presente propositura tem por objetivo reiterar apelo formulado pela comunidade moradora da Vila São Pedro, do Município de Pirai do Sul, os quais, através do abaixo assinado visam sensibilizar as autoridades competentes para a premente necessidade de dotar aquela Vila de toda infra-estrutura capaz de lhes assegurar os imprescindíveis benefícios que os serviços públicos de saneamento básico poderão oferecer em favor da saúde e bem estar da comunidade, propiciando-lhe uma vida mais digna e dentro dos padrões de conforto de moradia.

É importante salientar que a presente questão é objeto de reivindicações anteriores e que deram origem a um levantamento efetuado pela COPEL (ofício n° 0676/90) o qual em vista da ausência de recursos à época ficou inviabilizado.

Contudo, e, considerando os constantes reclames nesse sentido, vem o parlamentar reiterar aquele pedido, a fim de que a comunidade moradora da Vila São Pedro seja contemplada com mais este benefício.

#### REQUERIMENTO N° 2163

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado Estadual do PDT, que este subscreve pede à egrégia Assembléia que se digne a indagar da SANEPAR, na pessoa de seu presidente, o seguinte "pedido de informações":

- Por que há falta de água sistemática no conjunto Euclides da Cunha no Alto Boqueirão em Curitiba?

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Há aflição das famílias moradoras com a situação que reputam injusta, porque pagam taxas de água e esgoto regularmente.

#### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 105/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Tuneiras do Oeste, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Aparecida do Oeste.

"Da Foz do "Ribeirão Tonetti" desce pelo "Rio Goioerê" até o "Rio Mourão", sobe por este até a ponte da "Estrada Boiadeira BR 487", segue por esta até a divisa reta e seca com o Município de Araruna, segue por esta até a nascente do "Ribeirão Tonetti", ponto inicial".

#### MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DO OESTE

"Do cruzamento da "Rua da Saudade" segue pela "Rua Enok dos Santos" até a divisa de fundos das "Quadras 1 e 2" (inclusive), segue por esta até a "Rua da Saudade" e por esta até a "Rua Goioerê", segue por esta até a lateral da "Quadra 3" (inclusive), segue por esta até a "Rua das Chácaras", segue por esta até a "Rua Enok dos Santos" e por esta até a "Rua Estreita", segue por esta até a "Rua 1" e por esta até a divisa de fundos das "Quadras 10 e Cemitério" (inclusive) até a "Rua da Saudade" ponto inicial".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DIRCEU MANFRINATO

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 477/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná "post mortem" ao Deputado Mario Batista de Barros.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamto: Antônio Annibelli.

#### JUSTIFICATIVA:

Os dados biográficos em anexo, demonstram a oportunidade e justiça ao ilustre Paranaense.

Saliente-se a sua passagem por esta Casa de Leis, quando deixou sua marca de

grande homem público, não somente junto a seus Pares, como também junto a todos os funcionários que aqui conviveram com o homenageado.

PROJETO DE LEI N° 478/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública estadual a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

PROJETO DE LEI N° 479/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado, "ad referendum" de plebiscito, o Município de Aparecida do Oeste, com as seguintes divisas:

"Da Foz do "Ribeirão Tonetti" desce pelo "Rio Goioerê" até o "Rio Mourão", sobe por este até a ponte da "Estrada Boiadeira BR 487", segue por esta até a divisa reta e seca com o Município de Araruna, segue por esta até a nascente do "Ribeirão Tonetti", ponto inicial.

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO  
MUNICÍPIO DE APARECIDA DO OESTE

"Do cruzamento da "Rua da Saudade" segue pela "Rua Enok dos Santos" até a divisa de fundos das "Quadras 1 e 2" (inclusive), segue por esta até a "Rua da Saudade" e por esta até a "Rua Goioerê", segue por esta até a lateral da "Quadra 3" (inclusive), segue por esta até a "Rua das Chácaras", segue por esta até a "Rua Enok dos Santos" e por esta até a "Rua Estreita", segue por esta até a "Rua 1" e por esta até a divisa de fundos das "Quadras 10 e Cemitério" (inclusive) até a "Rua da Saudade", ponto inicial".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo dar atendimento a uma justa reivindicação dos habitantes da comunidade de Aparecida, que já preenche os requisitos básicos necessários para elevar-se à categoria de Município.

Constata-se, outrossim, pela documentação anexa, idêntico interesse das autoridades municipais de Tuneiras do Oeste no sentido de que seja efetivada a criação do

referido Município.

Considerando que a nova configuração político-administrativa irá propiciar grandes benefícios aos habitantes da comunidade de Aparecida, nada mais justo e oportuno que esta Casa venha hipotecar integral apoio ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 480/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - As divisas do Município de Guaraituba, criado pela Lei N° 9302, de 19/06/90, passam a ser as descritas no seguinte memorial:

"Tem como ponto inicial e final a Ponte no Rio Atuba na Estrada Velha da Graciosa.

De ponto inicial sobe pelo Rio Atuba até a Ponte na Av. Santos Dumont, segue por esta até a Rua Rafael Francisco Greca, por esta até o entroncamento com a Avenida Nossa Senhora do Caravaggio, por esta até o entroncamento com a Rua Virgílio Arcie, por esta rumo noroeste até o Rio Capivari, desce por este (Divisa Intermunicipal com Bocaiúva do Sul) até a Foz do Rio Rathiel, sobe por este (Divisa Intermunicipal com Campina Grande do Sul) até a sua cabeceira, deste ponto, em linha reta e seca até a cabeceira do Rio Canguiri, desce por este (Divisa Intermunicipal com Campina Grande do Sul e Quatro Barras) até a Ponte na Estrada Velha da Graciosa, segue por esta rumo a Curitiba (Divisa Intermunicipal com Piraquara) até a Ponte no Rio Atuba, ponto inicial e final."

PERÍMETRO URBANO

"Tem como ponto inicial e final a ponte no Rio Canguri na estrada Velha da Graciosa.

Do ponto inicial segue pela Estrada Velha da Graciosa rumo a Curitiba até a ponte no Rio Atuba, sobe por este até a ponte na Avenida Santos Dumont, segue por este até a Rua Marcos Cardoso, por esta até o Rio Sem Nome, sobe por este até a Divisa Leste da Vila São Paulo, Divisa Leste da Vila São Paulo (inclusive) até a Rua Presidente Faria, por esta até a Rua Angelo Rusenente, por esta até o bueiro no Rio Canguiri, desce por este até a ponte na Estrada Velha da Graciosa, ponto inicial e final."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

Apoiamento: Orlando Pessuti, Caíto Quinta na, Nelson Vasconcellos, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Luciano Pizzatto, Algaci Túlio e uma ilegível.



O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores que nos honram com sua visita a este plenário.

Venho a esta tribuna para fazer um pequeno esclarecimento: um jornal desta Capital distorceu de forma muito maldosa e até tendenciosa, dizendo que nós estaríamos obstruindo, prejudicando a sessão, que trouxemos um prejudicial apoio ao funcionalismo público.

Quero aqui fazer um esclarecimento porque isto não procede. Em momento algum este Deputado, nesta Assembléia, por quase um período de uma gestão - de quatro anos - se manifestou desta forma.

Todas as vezes que aqui estivemos nesta tribuna ou ali mesmo do plenário, foi para sustentar e defender de forma ferrenha o funcionalismo deste Estado. Algumas vezes com emendas, outras vezes com projetos e outras ainda assinando e fortalecendo mensagens de outros companheiros desta Casa. Não vejo por que assim fomos aviltados e até certo ponto denegridos de uma forma maldosa e tendenciosa.

Venho a esta tribuna para dizer que não procede. Porque, funcionário público, se existe dentro desta casa um amigo leal a vocês, é este Deputado que vos fala.

Quantas vezes estabeleci propostas, quantas vezes estabeleci, nas mais variadas situações, projeções no sentido de que vocês fossem para todo e sempre compreendidos nesta Casa. Em especial, a minha querida Polícia Militar, e que acabo de encaminhar à Mesa uma emenda onde requeiro também uma prioridade de apreciação e votação. Razão pela qual, companheiros, volto mais uma vez a ratificar aquilo que já disse outrora: em momento algum fui contra vocês. Se fui vítima de um momento inoportuno, e pedi como direito de resposta, um esclarecimento, fiz a matéria e não saiu, quero desta tribuna tornar público a vocês. Jamais fiz e vocês vão ter a oportunidade de confirmar daqui a pouco quando nós tivermos que apreciar.

Era isto, companheiros! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Pessuti com a palavra.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aproveitamos a oportunidade na sessão de hoje para comunicarmos a esta Casa de que o dia de ontem, 09 de setembro, comemorou-se no Paraná, no Brasil e no mundo inteiro, a data magna da Medicina Veterinária: "nove de setembro" é o Dia do Médi-

co Veterinário. E nós, de forma alguma, poderíamos - e nesta primeira oportunidade, após o dia 09 - deixar de aqui registrar a importância do Médico Veterinário para o setor produtivo, a importância do Médico Veterinário para a saúde pública, a importância do Médico Veterinário, portanto, para toda a sociedade. Quem de nós que, quando, em algum momento paramos para analisar não descobrimos e não identificamos neste profissional, Médico Veterinário, a importância fundamental no processo produtivo, pesquisando, estudando a genética, estudando o manejo, estudando a alimentação, estudando enfim, tudo aquilo que diz respeito aos animais. Estudando e trabalhando principalmente no combate, no controle e na erradicação das doenças, não só das doenças que atacam os animais, mas e principalmente zoonóticas que atacam tanto os animais, como os seres humanos, e nesse aspecto, o trabalho do médico veterinário, no combate à brucelose, à tuberculose, à raiva bovina e canina, é uma constante, tendo inclusive, merecido, colegas nossos médicos veterinários, destaque e honrarias em cima de trabalho que desenvolveram no setor da saúde pública, no setor da produção de vacinas, em fim, no controle, no combate, como já disse, de doenças que atacam tanto os seres humanos, como os animais.

Quem de nós não conhece a atuação dos médicos veterinários, seja nas grandes fazendas, seja nas pequenas e médias propriedades, seja na pesquisa, seja no ensino de primeiro e segundo grau, e de nível superior, seja no dia a dia da extensão rural, junto às empresas de extensão rural, seja nas firmas de planejamento agropecuário, em qualquer lugar, o médico veterinário, ciência nobre que é, dá a esse profissional as condições para que ele possa prestar realmente serviços relevantes à sociedade brasileira e mundial.

Gostaríamos também de, nessa oportunidade, registrar e convidar os nobres colegas, para a posse da nova diretoria do Conselho Regional de Medicina Veterinária, que se dará hoje, às dezenove horas na sede do CRMV, na Rua Brasília Itiberê, n° 356, Diretoria esta, que vem, a nos substituir no comando daquela entidade, como todos os Senhores sabem, durante os últimos três anos nós estivemos à frente do Conselho Regional de Medicina Veterinária, na condição de Presidente, ocupando aquela diretoria, após um período de seis anos de intervenção, que foi extinta, que teve um ponto final, a partir do momento que a nossa eleição se concretizou.

E hoje, uma nova Diretoria, irá assumir os destinos daquele Conselho, para mais três anos, o colega Paulo Miranda, do Ministério da Agricultura, será o nosso

Presidente, a ele, em nome desta Casa, desejamos pleno êxito e sucesso, na defesa dos interesses da Medicina Veterinária do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra no Grande Expediente ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje dia 10 de setembro, é a data que se comemora o Dia da Imprensa, e quando nós ocupamos esta tribuna, para homenagear a Imprensa do Paraná, para homenagear em especial aqueles que aqui diariamente, vêm para a cobertura deste Plenário, muitas vezes decepcionados pela ausência dos Parlamentares, decepcionados pela não discussão mais profunda do Estado do Paraná, nós queremos, neste momento, em nome da Banca do PDT, em meu nome como Jornalista, que sou, como homem de Imprensa, homenagear a imprensa independente do Paraná, na figura do companheiro Renato Shwaitza, que completou há dias passados, trinta anos de bons serviços prestados à Imprensa do Paraná.

(Lê).

FOLHA DE SÃO PAULO

10.09.90

DIA DA IMPRENSA

(Clóvis Rossi)

Da Reportagem Local

"O primeiro jornal brasileiro, o "Correio Braziliense", já nasceu exilado. Teve que ser editado em Londres, para fugir à previsível censura do Império. Mais de um século e várias "repúblicas" depois, jornais e jornalistas brasileiros ainda não têm o que festejar, ao se comemorar hoje o Dia da Imprensa.

No papel, a mais recente das Constituições brasileiras, promulgada em outubro de 1988, sepulta a hipótese de que algum jornal tenha que ser editado no exílio. "Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no artigo 5º", diz o parágrafo 1º do artigo 220 da Constituição em vigor. O artigo 5º é o que trata "dos direitos e deveres individuais e coletivos" e é unanimemente considerado um dos capítulos mais liberais da Constituição.

Na prática, entretanto, nem tudo é tão liberal. Prova-o o fato de que, uma semana depois da posse de Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente livremente eleito em 29 anos, agentes da Polícia Federal invadiram, dia 23 de março, o prédio da empresa Folha da Manhã S/A, que edita a Folha. A pretexto de investigar supostas,

mas inexistentes, irregularidades contábeis, detiveram dois diretores e a secretária da Diretoria, em uma ação cuja truculência lembrou os anos mais difíceis do regime militar.

Quando não é uma ação policial, são procedimentos jurídicos adotados pelo governo que contradizem a letra e o espírito liberais da Constituição. A Folha enfrenta dois processos movidos pelo governo federal. Um se refere ao noticiário sobre a contratação, sem licitação, de agências de publicidade para fazer campanhas para organismos do governo. O outro é uma seqüela da invasão de março: o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, sentiu-se injuriado pelo noticiário do jornal a respeito de entrevista coletiva concedida no Rio, na qual se referiu à invasão.

(Termina de Ler).

Na verdade, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a imprensa tem sido também muito usada e tem sido em muitas vezes o bode expiatório. Muita gente fala, na hora de confirmar o que falou joga a culpa em cima do jornalista, joga a culpa em cima do radialista, como se ele tivesse inventado a notícia; no entanto, a imprensa livre, independente, tem demonstrado o seu belo trabalho, procurando colocar o povo a par daquilo que realmente está acontecendo. E nós esperamos que neste dia, no dia 10 de setembro de 1990, data em que se comemora mais um Dia da Imprensa, e que nós jornalistas não temos nada praticamente a comemorar porque nem condignamente somos bem pagos. O salário do jornalista é um salário de miséria e não é à toa que muitos profissionais se obrigam a fazer bicos em outras áreas para poder sobreviver. Por isso, vai daqui a nossa homenagem à valerosa imprensa do Paraná, imprensa livre, independente, neste dia 10 de setembro, e em nome, homenageando a todos os jornalistas, nós queremos prestar a homenagem especial ao companheiro Renato Shwaitza que completou 30 anos de serviços prestados à imprensa do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente não há oradores inscritos.

LIDERANÇAS:

PL com a palavra.

DECLINA.

PDC com a palavra.

DECLINA.

PFL com a palavra.

DECLINA.

PDS com a palavra.

DECLINA.

PDT com a palavra.

DECLINA.

PTB com a palavra.

DECLINA.

PRN com a palavra.

DECLINA.

PMDB com a palavra.

DECLINA.

PT com a palavra.

DECLINA.

PSDB com a palavra.

DECLINA.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luciano Pizzatto, na qualidade de Vice-Líder da liderança do PRN, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados como membro titular e como suplente da CPI., para apurar irregularidades na Secretaria de Estado da Saúde.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, na qualidade de Vice-Líder da liderança do PSDB, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados como membro titular e como suplente da CPI., para apurar irregularidades na Secretaria de Estado da Saúde.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados para compor à Comissão Parlamentar de Inquérito, que estudará irregularidades na Secretaria de Estado da Saúde.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n°s 438, 440 e 441/90 e para o Projeto de Resolução n° 96/90, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.- Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de lei n° 439/90. - Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de discussão e votação de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana e Raul Lopes, acima aprovados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 438/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 153/90), que fixa os níveis de vencimentos dos cargos efetivos pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério Estadual, a partir de 1° de setembro de 1990, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE LEI N° 438/90

#### P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 153/90, tem por objetivo fixar os níveis de vencimentos dos cargos efetivos pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério Estadual, a partir de 1° de setembro de 1990, conforme especifica.

Sob o aspecto constitucional e regimental, não há óbice para a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim sendo, esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 04.09.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 440/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 155/90), que altera a partir de 01/09/90, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos do Quadro Geral do Estado, instituído pela Lei n° 7424 de 17/12/90, bem como dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE LEI N° 440/90

#### P A R E C E R:

Oriundo do Poder Executivo, Mensagem n° 155/90, o presente plano de lei, visa

alterar a partir de 01/09/90, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos do Quadro Geral do Estado, instituído pela Lei n° 7424, de 17/12/80, bem como dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, não há óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 04.09.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, nos seguintes termos.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N° 440/90

Inclua-se onde couber o seguinte artigo.

Art. - A tabela de vencimentos de que trata a Lei Complementar n° 47, em seu artigo 1°, parágrafo único, fica reajustada em 50% (cinquenta por cento), a partir de 1° de setembro de 1990.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento:

Raul Lopes, Algaci Túlio, Antônio Anibelli e Nelson Vasconcellos.

JUSTIFICATIVA:

O texto do art. 1°, parágrafo único da Lei Complementar n° 47, de 20 de dezembro de 1989, é claro quando especifica o seguinte:

"Os valores fixados na tabela referida neste artigo, serão reajustados sempre que forem alterados os vencimentos do funcionalismo em geral, nos mesmos percentuais e época de vigência, independente de lei complementar."

O referido dispositivo legal foi descumprido pela Chefia do Poder Executivo Estadual, ao encaminhar ao Legislativo mensagem propondo aumentos diferenciados para o funcionalismo do quadro geral e outros segmentos, prejudicando, na espécie, os policiais civis, aquinhoados com pouco mais de 10% contra 50% dos Delegados de Polícia (redutor) e 58% do quadro geral.

As justificativas apresentadas, que colidem com a legislação vigente, são sofismas, pois na verdade se trata da concessão de aumentos destoantes no consenso.

#### UMA QUESTÃO DE COERÊNCIA

Conforme notícias veiculadas pela imprensa na semana pretérita, a chefia do Executivo Estadual deverá conceder reposição salarial aos funcionários do Quadro Geral, excluindo outros segmentos de servidores, dentre eles os policiais civis, a pretexto de que determinadas categorias perceberam aumentos diferenciados no início do ano, ainda no Governo Sarney.

Causa espécie a posição da Pasta da Administração, uma vez que os policiais civis, quando da elaboração da Constituição Estadual, foram desvinculados do salário percebido pelo Delegado de Polícia de Primeira Classe, o que era previsto no art. 291 da Lei Complementar n° 14/82 e contrariou o art. 5°, inciso XXXVI, da Carta Magna Brasileira, asseguratória do direito adquirido e ato jurídico perfeito no caso um Diploma Legal aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo Governador do Estado.

Por ocasião da derrocada do artigo 291 do Estatuto da Polícia Civil, foi alegado que o art. 37, inciso XIII da Constituição Brasileira veda a vinculação salarial, para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, com determinadas exceções, que na hipótese poderia ser adquirida, já que os policiais percebiam de acordo com o "quantum" do Delegado de Polícia há mais de quinze anos.

Entretanto, colidindo com a Carta Magna Brasileira, a Constituição Estadual em seu art. 251, consignou que os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas não serão inferiores a noventa e cinco por cento dos vencimentos dos Conselheiros, o que nada é do que uma vinculação, aliás idêntica à prevista no art. 291 da Lei Complementar n° 14/82, cuja emenda asseguratória foi derrocada pela então bancada do PMDB.

Tal situação, além de apenar injustamente os servidores policiais, criou uma grave dicotomia, pois os mesmos não têm avanços salariais quando a Chefia do Executivo Estadual concede reposição aos Delegados de Polícia através da elevação do redutor e nem quando os integrantes do quadro geral recebem benefícios, considerando que o Departamento de Polícia tem quadro próprio de pessoal.

Em síntese, fica evidente que os integrantes da Polícia Civil estão relegados a segundo plano e não terão nenhum aumento, a pretexto de que a reposição concedida no início do ano e já carcomida pela inflação beneficiou a categoria, o que não é verdade, pois os salários destes profissionais são iguais aos menores do que os percebidos por operários especializados, fato incompatível com a condição de oficiais da lei, cujas atividades insalubres e com

risco de vida exigem remuneração justa e condizente com a realidade.

O descaso ao trabalho do policial civil e a má retribuição salarial atribuída à classe serão objeto de discussão em assembléia já marcada para o dia 17 de agosto vindouro, pois saúde, educação e segurança são fatores indispensáveis para o desenvolvimento da nação, o que na verdade não será atingido enquanto a Polícia Civil não puder conter o incremento da criminalidade, que longe de estar calcado no emprego de armas e outros equipamentos, se fundamenta na ação do elemento humano, ora desmotivado para cumprir seu papel constitucional em razão do aviltamento sofrido.

(Luiz Bordenowski)

#### LEI COMPLEMENTAR N° 47

DATA: 20 de dezembro de 1989

SÚMULA: Altera, conforme especifica, os vencimentos dos cargos integrantes do Quadro de Pessoal da Polícia Civil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° - Os vencimentos dos cargos integrantes do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, excluído os da carreira de Delegado de Polícia, passam a ser os fixados na tabela anexa à presente lei.

Parágrafo Único - Os valores fixados na tabela referida neste artigo, serão reajustados sempre que forem alterados os vencimentos do funcionalismo em geral, nos mesmos percentuais e época de vigência, independentemente de lei complementar.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de janeiro de 1990, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em  
20 de dezembro de 1989.

Em votação a emenda.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, essa emenda altera...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tabela de vencimentos de que trata a Lei Complementar e seu artigo 1°, parágrafo único, fica reajustado em 50% a partir de 1° de setembro.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Vossa Excelência poderia ajudar este Parlamentar. A Lei Complementar, qual é?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Lei Complementar é a seguinte:

Os vencimentos dos cargos integrantes do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, excluídos a carreira de Delegado de Polícia,

passam a ser os fixados na tabela anexa à presente lei, os valores fixados na tabela.

Este é o parágrafo único.

No referido artigo: serão reajustados sempre que forem alterados os vencimentos do funcionalismo em geral, revendo percentuais à época de vigência, independente da Lei Complementar.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, entendido.

Apenas estudaremos para amanhã. Vossa Excelência registre a posição desta Liderança de que a emenda me parece, complica com a questão de inconstitucionalidade, mas como precisamos votar a lei do Funcionalismo Público, nós estamos aí.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda. - Aprovada.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 441/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 156/90), que fixa os níveis de vencimento dos cargos em comissão da Administração Direta e Autárquica do PODER EXECUTIVO, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, bem como Emenda Substitutiva Geral de Plenário de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N° 441/90

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos em comissão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, ficam fixados na forma da tabela que constitui o Anexo I, desta lei.

Art. 2° - Os valores da Gratificação de Representação de Gabinete dos cargos em comissão de Chefe do Grupo Setorial, Assistente Técnico do Grupo Setorial e do Chefe de Centro de Comunicação, ficam fixados conforme o constante do Anexo II, desta lei.

Art. 3° - Os reajustes gerais de vencimentos que vierem a ser concedidos ao funcionalismo estadual, a partir de 1° de agosto de 1990, atingem, no mesmo percentual e data de vigência, os valores contidos do Anexo I e do Anexo II desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, m 10.09.90.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Algaci Túlio, Raul Lopes,

Nelson Vasconcellos e 1 ilegível.

ANEXO A QUE SE REFERE O ART. 1º

Símbolo	Vencimento
DAS-1	38.395,12
DAS-2	35.198,23
DAS-3	32.468,89
DAS-4	28.757,12
DAS-5	25.939,06
1-C	14.206,71
2-C	13.120,59
3-C	12.111,74
4-C	11.187,33
5-C	10.497,42
6-C	9.850,32
7-C	9.244,85
8-C	8.680,93
9-C	8.143,58
10-C	7.642,95
11-C	7.244,81
12-C	6.866,02
13-C	6.508,39
14-C	6.170,34
15-C	5.866,97

ANEXO II A QUE SE REFERE O ART. 2º

GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE

CARGO	VALOR
Chefe de Grupo Setorial .....	25.722,99
Assistente Técnico de Grupo Setorial .....	23.164,66
Chefe de Centro de Comunicação..	10.438,56

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLÊNARIO  
AO PROJETO DE LEI Nº 441/90

O Projeto de Lei nº 441/90, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos em comissão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, ficam fixados na forma da tabela que constitui o Anexo I, desta lei.

Art. 2º - Os valores de Gratificação de Representação de Gabinete dos cargos em comissão e Chefe de Grupo Setorial, Assistente Técnico de Grupo Setorial e de Chefe de Centro de Comunicação, ficam fixados conforme o constante do Anexo II, desta lei.

Art. 3º - Os reajustes gerais de vencimentos que vierem a ser concedidos ao funcionalismo estadual, a partir de 1º de agosto de 1990, atingem, no mesmo percentual e data de vigência, os valores contidos no Anexo I e Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamto: Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Nelson Vasconcellos e Luciano Pizzatto.

Projeto - Aprovado, artigo por artigo.  
Em votação as emendas. - Aprovadas.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 096/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que autoriza a Comissão Executiva, mediante Decreto Legislativo, proceder alteração na remuneração dos servidores deste Poder, respeitadas as disposições constitucionais. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, esta é a outra preferência de votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É, item 22.  
Em votação. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 439/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 154/90), que dispõe sobre a gratificação Policial Militar Especial, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação. (Public. no DA. n. 95, de 21.08.90 - Mensagem).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 02 (duas) sessões. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n. 439/90 por 02 (duas) sessões.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 033/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que declara como CIDADÃOS SENIOR todos os cidadãos maiores de 65 anos de idade, em todo o território do Estado do Paraná. Aprovado. (Public. no DA. 02, de 19.02.90).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 388/90, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que concede a Senhora MARLENE BEETZ ZIELONKA, viúva do ex-Prefeito de Piraquara, Antônio Alceu Zielonka, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 7.715,52 (sete mil, setecentos e quinze cruzeiros e cinquenta e dois centavos. (Public. no DA. n. 83, de 29.06.90).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 201/86, de autoria do Deputado ANIBAL



KHURY, que dispõe sobre o funcionário Público Estadual Inativo, que tenha ocupado por período superior a 01 (um) ano, cargo de sub-Diretor em órgão da Administração Direta ou Indireta do Estado, ficam assegurados, na aposentadoria, proventos equivalentes aos atuais cargos de provimento em comissão de símbolos DAS-5, sem prejuízo das vantagens anteriormente adquiridos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., C.F. e R.H.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n. 201/86, em pauta na Ordem do Dia de hoje em 2.<sup>a</sup> discussão. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n. 201/86 por 10 (dez) sessões.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 157/88, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que institui nas escolas públicas estaduais de 1º grau, o ensino obrigatório das disciplinas de História e Geografia do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., C.E., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 157/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Rafael Greca de Macedo, visa instituir nas escolas públicas estaduais de 1º grau, o ensino obrigatório das disciplinas de História e Geografia do Paraná.

Estudada a matéria no seu aspecto legal e constitucional não encontramos qualquer óbice ao mesmo.

Quanto ao seu aspecto meritório, o presente projeto de lei prima em imbuir aos estudantes paranaenses o amor por sua terra. Amor este, que só poderá nascer depois que seus filhos melhor souberem da sua história e da sua geografia, que são tão ricas. Pois, é sabido que só se pode amar e respeitar aquilo que se conhece com profundidade.

Assim sendo, é o nosso Parecer favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 183/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná a Sra. NELY LÍDIA VALENTE DE ALMEIDA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 183/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado ALGACI TÚLIO, tem por objetivo conceder o título de Cidadã Honorária do Paraná a Senhora Nely Lídia Valente de Almeida.

Sob o aspecto legal e constitucional, não há óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim sendo é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

RAUL LOPES

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 213/90, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS PERITOS OFICIAIS DO ESTADO DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 213/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado NAMIR PIACENTINI, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Sob o aspecto legal e constitucional, não há óbice que impeça a normal tramitação desta pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim, sendo é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI N° 213/90

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública, o Sindicato dos Peritos Oficiais, Detetives, Escrivães, Datiloscopistas, Identificadores Datiloscópicos, Técnicos e Operadores em Telecomunicações, Carcereiros e Auxiliares de Necrópsia da Polícia Civil do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(aa) NAMIR PIACENTINI

Apoioamento:

Hermas Brandão, Werner Wanderer, Home-ro Oguido e Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

Conforme consta em Ata da Assembléia Geral de Fundação do Sindicato dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná, folha 21, do presente Estatuto que acompanha este Projeto, as demais categorias foram incorporadas ao referido Sindicato. Face a este fato, apresentamos a presente Emenda Substitutiva Geral.

O Sindicato dos Peritos Oficiais, Detetives, Escrivães, Datiloscopistas, Identificadores Datiloscópicos, Técnicos e Operadores de Telecomunicações, Carcereiros e Auxiliares de Necrópsia da Polícia Civil do Estado do Paraná, constituído para fins de representação sindical, manutenção das instituições democráticas brasileiras, é uma entidade jurídica de direito privado, para defender legalmente as categorias que o incorporam, com base territorial em todo o Estado do Paraná.

A entidade de que dispõe esta lei, tem por finalidade essencial a melhoria das condições de vida e de trabalho de seus representantes; a defesa de seus associados; a defesa da independência; da liberdade, da autonomia sindical e a promoção dos interesses sócio-econômicos e profissionais de seus associados.

Considerando-se o exposto, temos certeza de que nossos nobres Pares nesta Casa, somarão conosco nesta iniciativa oportuna e justa.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.  
Emenda. - Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 278/90, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Colégio Cecília Meireles, de 2° grau, sediado em Tupãssi, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 278/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a estadualizar o Colégio Cecília Meireles, em Tupãssi.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 353/90, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcântara, que declara de Utilidade Pública o Centro de Comércio Exterior do Paraná- CEXPAR, com sede e foro na cidade de Curitiba-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 353/90

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Lauro Lobo Alcântara, visa declarar, de Utilidade Pública o Centro de Comércio Exterior do Paraná- CEXPAR, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Analisada a matéria entendemos que a mesma se encontra em conformidade com o Regimento Interno desta Casa e com a Lei n° 6.994, de 10.01.78, que dita as normas referentes à declaração de Utilidade Pública.

Nestas condições, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 401/90, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcântara, que denomina Ulisses Viganó a Rodovia que liga o Município de Marmeleiro a Campo-Erê-SC. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 401/90

## PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Lauro Lobo Alcantara, tem por finalidade denominar "Ulisses Viganó" a rodovia que liga o Município de Marmeleiro a Campo-Erê, em Santa Catarina.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis, esta Comissão Geral, chamada a opinar, manifesta-se Favoravelmente a medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
AO PROJETO DE LEI N° 401/90

Art. 1° - Fica denominada "Ulisses Viganó" a Rodovia PR-180, no trecho que liga o Município de Marmeleiro à divisa com o Estado de Santa Catarina, frontal ao Município catarinense de Campo-Erê.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(aa) LAURO LOBO ALCANTARA

Apoiamto: Vera Agibert, Pirajá Ferreira, Rubens Bueno, Caíto Quintana.

JUSTIFICATIVA:

A redação proposta no Projeto de Lei em tela, pode dar margem a interpretação errônea.

Entendemos que a emenda Substitutiva Geral, vem sanar tais questionamentos, pois estabeleceu claramente o trecho que se pretende homenagear o ilustre paranaense Ulisses Viganó. Aprovado, o Projeto artigo por artigo.

Emenda: Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 418/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a proceder estudos para a preservação do Museu David Carneiro. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 418/90

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem a finalidade de autorizar o Poder Executivo, a proceder estudos para a preservação do Museu David Carneiro.

Analisada a matéria a luz constitucional vemos que cabe ao estado preservar os

bens materiais e imateriais referentes às características da cultura do nosso Paraná (art.191, da Constituição Estadual) além de ser da competência comum a este proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, bem como impedir a sua evasão, destruição ou descaracterização e proteger o patrimônio histórico paranaense (arts. 12 e 13 do nosso Instituto Constitucional).

Pelas razões acima expostas e pelo aspecto meritório da propositura que por si própria se justifica, somos pelo parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua justa aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 421/90, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que declara de Utilidade Pública a Organização Wizo do Paraná, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 421/90

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Rafael Greca de Macedo, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Organização Feminina Wizo do Paraná, com sede nesta capital.

Sob o aspecto legal e constitucional, não há óbice que impeça a normal tramitação desta pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim, sendo é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 427/90, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que dá nova denominação à Escola Barão do Rio Branco, em Pirai do Sul, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 427/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria

do nobre Deputado Djalma de Almeida César, tem por objetivo dar nova denominação à Escola Estadual Barão do Rio Branco, em Piraí do Sul, Estado do Paraná.

Formalmente, a matéria apresenta-se irretocável, situado seu objeto na esfera de atuação do Poder Legislativo, inexistindo dessa forma, óbice à aprovação do presente projeto.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 428/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Fundação Pro-Circulação, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 428/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Fundação Pró-Circulação, com sede nesta Capital.

Sob o aspecto legal e constitucional, não há óbice que impeça a normal tramitação desta pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 19.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 429/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cafezal, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 429/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública, a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cafezal, com sede nesta Capital.

Sob o aspecto legal e constitucional,

não há óbice que impeça a normal tramitação desta pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim, sendo é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 437/90, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Paulo Viriato Corrêa da Costa. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 437/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, tem por finalidade conceder título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Paulo Viriato Corrêa da Costa.

Formalmente, a matéria apresenta-se irretocável, situando seu objeto na esfera da atuação do Poder legislativo, inexistindo dessa forma, óbice à aprovação do presente projeto.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 442/90, de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, que reconhece como entidade de utilidade pública a Associação Paranaense de Estética e Cosmetologia- APECO, com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 442/90

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Raul Lopes, o presente plano de lei visa reconhecer como entidade de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Estética e Cosmetologia-APECO, com sede nesta Capital.

Analisada matéria observamos que a mesma encontra-se em conformidade com o Regimento Interno desta Casa e com a Lei n° 6.994, de 10.01.78, que dita as normas

para declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, é o nosso parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.08.90

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 455/90, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, que objetiva alterar a partir de 1° de setembro de 1990, a tabela de vencimentos dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça, instituída pela Lei n° 9126, de 26 de março de 1990, bem como dos salários de pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 088/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica no Município de Campina Grande do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Jardim Paulista. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio e Antônio Annibelli, nos seguintes termos:

#### COMISSÃO GERAL

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 88/90

##### PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica no município de Campina Grande do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Jardim Paulista.

O projeto em tela, atende ao disposto no art. 19, § 1°, inc. II, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO  
AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 88/90

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Campina Grande do Sul, com sede na localidade de Jardim Paulista, e com as seguintes divisas e confrontações:

"Começa na confluência da BR-116 com a Rodovia Estadual 506, segue pela Rodovia Estadual 506 até encontrar o desvio à direita do Hospital Angelina Caron, segue à esquerda até a divisa do Loteamento Jardim Santa Rosa com o início da rua 4, seguindo a divisa até a PR-506, segue pela PR-506 até encontrar a rodovia Municipal 316, seguindo por esta Rodovia até o Córrego Palmeirinha, seguindo o Córrego até o Rio Palmeirinha aí seguindo por uma divisa (linha seca) até a Ponte sobre o Rio Capivari com a divisa de Bocaiuva do Sul, Campina Grande do Sul, Colombo, Campina Grande do Sul, até encontrar a BR-116 na Divisa Intermunicipal entre Campina Grande do Sul - Colombo - Curitiba, segue pela BR-116, até encontrar o seu ponto de partida, a confluência da BR-116 com a Rodovia Estadual PR-506.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.90.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Algaci Túlio, Antônio Annibelli, 1 ilegível.

##### JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Jardim Paulista apresenta um crescimento vigoroso, decorrente de sua posição como um dos núcleos mais expressivos da Região Metropolitana de Curitiba, hoje contando mais de dez mil habitantes.

A sede central da comunidade - já erigida em distrito administrativo - dista mais de dez quilômetros da sede do município de que se desmembra por força deste projeto de lei, cumprindo nesse requisito a legislação existente.

Doutro lado, sua emancipação poderá permitir um desenvolvimento harmonioso, com sua integração ao planejamento central metropolitano e garantia de melhores condições de vida aos seus moradores em termos de zoneamento urbano, equipamentos públicos, sistemas de transporte, segurança pública, saúde básica e educação fundamental, entre outras.

Por isso, justifica-se plenamente a proposição ora apresentada, com o que, estaremos assegurando à comunidade do Jardim Paulista as vantagens diretas da autonomia municipal.

Projeto - Aprovado, artigo por artigo.  
Emenda - Aprovada.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 333/89, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a

ASSOCIAÇÃO PFIFFER, com sede e foro nesta Capital. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 103/89, de 21.11.89).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 11/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que altera a composição da Região Metropolitana de Curitiba, conforme específica. - Aprovado, por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 02, de 19.02.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 198/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que inclui a categoria funcional de Museólogo, Padrão I, no Plano de Classificação de cargos do Estado do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 32, de 02.04.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 201/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a IGREJA BATISTA EM QUATRO BARRAS, com sede e foro no Município de Quatro Barras. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 33, de 03.04.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 225/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS, MORADORES E AMIGOS DOS BALNEÁRIOS DE GRAJAÚ E LEBLON, com sede e foro no Município de Paranaguá. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 38, de 16.04.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 389/90, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de PITANGUEIRAS, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Rolândia. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 83, de 29.06.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 400/90, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORONEL VIVIDA, com sede e foro no Município de Coronel Vivida. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 86, de 06.08.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 413/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de ITACOLMI, com território desmembrado do Município de Cambira. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 88/90, de 08.08.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 433/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que altera disposições da lei que

criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário (Lei n° 7567, de 08.01.82). - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94, de 20.08.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 451/90, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que cria "ad referendum" do resultado de plebiscito, o Município de PRADO FERREIRA, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Miraselva e divisas que especifica. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 98/90, e 23.08.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 84/90, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Rolândia, para que a população decida sobre a criação do Município de PITANGUEIRAS. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 82, de 29.06.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 91/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Rio Branco do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Itaperuçu. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 88, de 08.08.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 101/90, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Miraselva, para que a população decida sobre a criação do Município de PRADO FERREIRA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 102, de 29.08.90).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a Mesa, requerimento de n° 2131, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2132, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2134, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2126, de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2146, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2163, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do



expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2171, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2173, 2172, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2138, 2139, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2166, 2165, 2161, 2160, 2159, 2158, 2157, 2156, 2155, 2154, 2153, 2152, 2151, 2150, 2149, 2148, 2128, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2133, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.<sup>os</sup> 2176, 2177, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.<sup>os</sup> 2162, 2164, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2174, 2175, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2180, 2181, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2190, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2184, de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2169, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2147, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2185, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa reitera aos Senhores líderes partidários o pedido para indicação dos

Deputados que representarão as respectivas Bancadas na CPI para apurar possíveis irregularidades na Secretaria de Saúde, conforme Ato Constitutivo a referida CPI deve ser integrada por dois Deputados do PMDB, um do PSDB, um do PFL, um do PDT, um do PRN e um do PTB.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, para comunicar aos componentes da CPI, que visa verificar alguma irregularidade na área fazendária do Governo do Estado, que amanhã às 9:30 na sala das Comissões nós teremos mais uma audiência com a ouvida de várias outras pessoas. Daí porque nós encarecemos aos Parlamentares que compõem esta CPI para que compareçam amanhã às 9:30 na Sala das Comissões.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Sen-

hor Presidente, há algumas sessões passadas esta Casa aprovou requerimento de nossa autoria que pedia a transformação deste plenário em Comissão Geral para apreciar e aprovar o Projeto que cria o Município de Rio Branco do Ivaí, "ad referendum" do plebiscito. Nós solicitamos de Vossa Excelência que determine a assessoria para tomar as providências possíveis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai determinar que o Projeto entre na sessão de amanhã.

A Senhora Deputada Amélia Hruschka renunciou ao seu mandato de Deputada estadual no dia 05 do mês em curso. Nestas condições, a Mesa convoca o Deputado Luciano Pizzatto para assumir em caráter definitivo o seu mandato de Deputado Estadual e Sua Excelência deve proceder ao juramento.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - "Prometo cumprir a Constituição Federal e a do Estado e respeitar e promover o bem deste Poder Legislativo e do Estado".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Deputado Luciano Pizzatto, em virtude da renúncia da Deputada Amélia Hruschka, é definitivamente Deputado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 157/88, 183, 213, 278, 353, 401, 418, 421, 427, 428, 429, 437, 438, 440, 441, 442 e 455/90;  
e dos Projetos de Resolução ns. 88/90

e 96/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.  
333/89;

do Projeto de Lei Complementar n.  
11/90;

dos Projetos de Lei ns. 198, 201, 225,  
389, 400, 413, 433 e 451/90;

e dos Projetos de Resolução ns. 84/90

e 91/90.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.  
101/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.  
217/90 e 434/90;

e do Projeto de Resolução n. 59/90.

Levanta-se a sessão.